

# O denominador no desenho das políticas públicas: a população brasileira e suas mudanças demográficas

*Laura L. Rodríguez Wong*

*Michel López Barrios*

*Vanessa Cardoso Ferreira*

## 1. NOTA INTRODUTÓRIA

Num país como o Brasil, sempre tão necessitado de políticas inclusivas e, findando a década dos 2010, precisando também de reformas políticas, é condição *sine qua non* saber quem é o público-alvo das políticas públicas almejadas, qual é a dinâmica intrínseca que faz com que ele tenha uma dada composição, seu tamanho e suas perspectivas de mudança. Esse público-alvo, que pode ser chamado de *denominador* por ser ele quem corre todos os riscos de inclusão/exclusão dessas políticas, é a população. Sua composição e as mudanças que vem apresentando são analisadas neste capítulo.

Em primeiro lugar, considera-se brevemente a evolução da composição por sexo na população brasileira com a finalidade de demonstrar que o país está vivendo um processo de transição, desde um estágio no qual se considerava uma população jovem indo em direção ao estágio de uma população envelhecida. Para um melhor entendimento das consequências desta mutação, indicadores que ajudem a visualizar as relações intergeracionais são analisados e se menciona a existência de uma janela demográfica de oportunidades que está aberta desde os anos setenta/oitenta e parece estar se fechando sem que tenha sido aproveitada. Finalmente, se faz menção ao fato de o país não ser um caso isolado de rápida mudança da estrutura etária.

## 2. O BRASIL DO COMEÇO DO SÉCULO XXI: UMA POPULAÇÃO EM MUTAÇÃO

É de amplo domínio que a dinâmica demográfica brasileira experimenta, pelo menos desde os anos sessenta, mudanças que provocaram – e vêm provocando – alterações de envergadura na composição da população<sup>1</sup>.

A figura 1 ilustra esquematicamente a Transição de Estrutura Etária (TEE) mediante a apresentação gráfica da composição da população por sexo e idade desde 1960 e inclui uma previsão até 2060. Permite identificar que o período de maior transformação ocorreu, talvez, ao se encerrar o século passado. Nota-se, no entanto, que, dado o perfil observado em 2000 e o estimado para 2020, a população brasileira vem perdendo o perfil piramidal, isto é, uma população cuja base (ou população mais jovem) constitui a grande maioria. Ao que tudo indica, e dado o que se conhece como inércia populacional<sup>2</sup>, essas mudanças continuarão com o Brasil tendendo a ser um país com uma estrutura decididamente envelhecida, em que o peso proporcional da população jovem (aqueles menores de 15 anos) seja menor que o da população idosa (aquela com mais de 60, 65 ou 70 anos).

A TEE foi impulsionada, em primeiro lugar, pelas mudanças muito acentuadas na fecundidade, isto é, na intensidade como os casais têm filhos; em segundo lugar, também, pela maior sobrevivência e um aumento da longevidade da população no geral. A transição demográfica operada no Brasil, não há dúvida, está ligada ao desenvolvimento que permitiu, entre outros fatores: maior acesso a educação, maior participação da mulher no mercado de trabalho, maior urbanização, aumento e maior penetração dos meios de comunicação de massa. Esses são alguns dos fatores que impulsionaram a diminuição mais que acentuada da fecundidade e da mortalidade. O comportamento de as ambas variáveis, por sua vez, permitiu a transição da estrutura etária de um perfil tipicamente jovem para um envelhecido.

Notadamente, a fecundidade registrou um declínio que além de ser mais acentuado do que o esperado, espalhou-se ao longo do território ao ponto de, nos anos 2010, não ter, praticamente, diferença de níveis entre regiões mais ou me-

---

1. No caso do Brasil, trabalhos dos anos 80 já ilustravam com bastante clareza esta mudança e previam o envelhecimento populacional como um fenômeno brasileiro (Carvalho, 1988a; 1988b).

2. No sentido amplo, inércia populacional é a dinâmica que a própria composição por idade imprime na população; assim, em uma população em que o peso da população muito velha tem forte importância relativa, é de se esperar que o número de óbitos seja maior se comparado com o que acontece numa população muito jovem, independentemente do contexto socioeconômico e do nível da mortalidade.

Figura 1. Brasil, 1960-2060 – Distribuição relativa de população por sexo e idade (por cem)



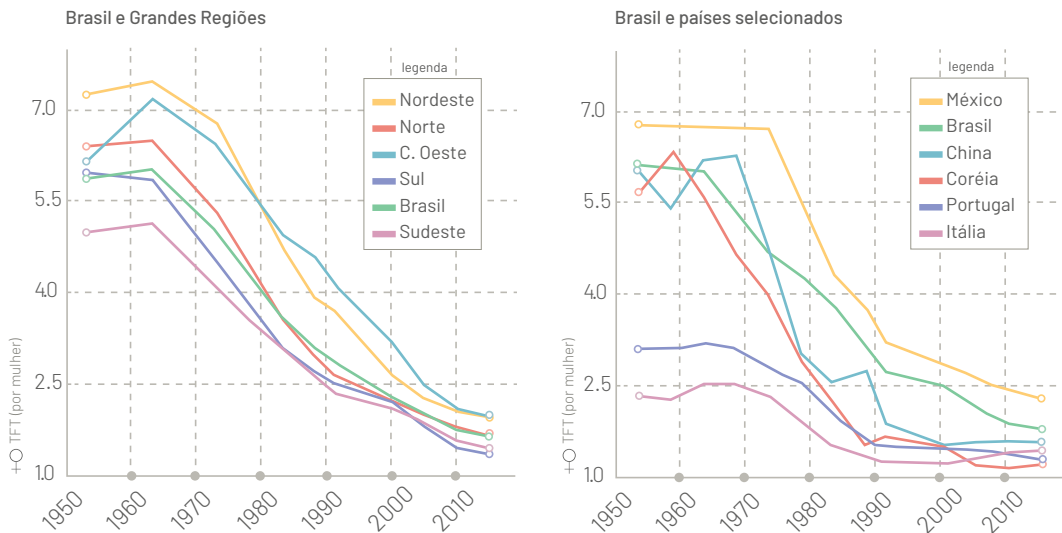
Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

nos desenvolvidas. Nos anos setenta, a fecundidade do Nordeste era 50% maior que a fecundidade do Sudeste, com taxas de fecundidade total (ou número médio de filhos) de 6,8 e 4,6 respectivamente (ver Figura 2a). Já na década de 2010, a média do número de filhos que as mulheres têm praticamente não apresenta diferenciais por grandes regiões, ficando em torno de 2 filhos. Importante ressaltar que o perfil brasileiro da fecundidade não difere muito daquele apresentado por um bom número de países em fase de desenvolvimento. Na figura 2b, o Brasil aparece como a média do comportamento apresentado por países como China, Coréia, e México. Todavia, nota-se que – do ponto de vista internacional – os países em desenvolvimento que ilustram tão acelerada queda, sugerem uma corrida ao encontro com os níveis que países desenvolvidos apresentam. Isto é, o Brasil experimentou uma queda muito acelerada de fecundidade ao ponto de não garantir mais a reposição geracional, uma vez que o número médio de filhos ao fechar a segunda década do atual século seria inferior a 2,0 e, adicionalmente, provocou significativas transformações na composição por idade da população.

Assim, a experiência do Brasil não é um fato isolado, tendo se apresentado num bom número de países em desenvolvimento.

É importante salientar que as perspectivas sobre a composição da população

**Figura 2.** Brasil, grandes regiões e países selecionados (1950-2010) - Taxa de Fecundidade Total (TFT)



Fonte: Para Brasil e regiões: UNFPA/BRASIL (2006); para países selecionados: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

dependem, em grande parte, do comportamento que a fecundidade apresentará no futuro. Daí que, se a previsão que se tem sobre as taxas de fecundidade é sua permanência em patamares baixos, muito provavelmente os perfis populacionais que se projetam e se consideram neste capítulo não se afastarão do que será a realidade. De fato, as projeções feitas pelo IBGE e pela Divisão de População das Nações Unidas coincidem em apontar que a população começará a diminuir em termos absolutos antes de 2050.

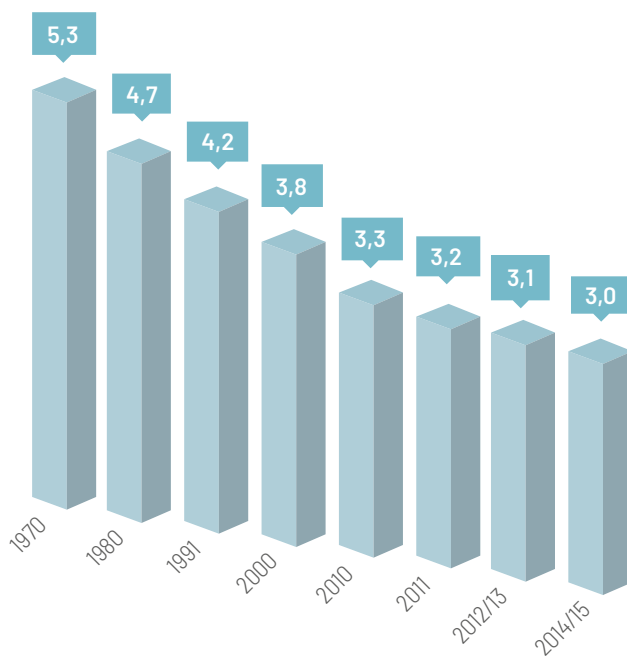
### 3. AS MUDANÇAS INTERGERACIONAIS

Até o Brasil chegar a ser um país propriamente “velho” – o que muito provavelmente ocorrerá por volta de 2050, ou antes, dependendo das tendências da fecundidade – essas mudanças provocarão alterações nas relações intergeracionais, causando ao mesmo tempo alterações nas demandas socioeconômicas a serem satisfeitas. A seguir, apresentam-se indicadores selecionados reveladores de tais mudanças. Sem levar em conta a variação na composição numérica da família, considera-se a população total segundo os grandes grupos etários.

Um primeiro e claro exemplo de como a mudança demográfica, principal-

mente a fecundidade, altera as relações intergeracionais está na evolução do tamanho da família, tal como mostrado na Figura 3. Novamente, a mais relevante mudança deu-se ao longo dos anos setenta até os anos 2000. Depois de ter sido composto, em média, por mais de cinco membros, desde 2010 o tamanho médio dos domicílios está em torno de três pessoas, do que se infere que a típica família composta pelos pais e um número variado de filhos não é mais a norma. Esse indicador de fácil cálculo sinaliza o grau das mudanças às quais a organização familiar e toda a sociedade estão sujeitas em razão das mudanças demográficas.

Figura 3. Brasil, 1970-2015: tamanho médio dos domicílios



Fonte: Censos Demográficos e PNADs

Outra forma de equacionar esquematicamente como se operam essas alterações requer que, antes, se considere o quantitativo das diversas gerações que compõem a população. Com esse propósito, veja-se a Figura 4, com a distribuição etária da população, ao longo de um período de 100 anos (1950 a 2050) considerando três grandes grupos etários (menores de 15 anos; 15 a 64 anos; e maiores de 65 anos) de forma que representem aproximadamente grupos populacionais com características e demandas bem diferenciadas. As mudanças mais relevantes se referem à participação dos grupos etários extremos no total da população,

como já notado por outros trabalhos (Wong; Carvalho, 2006).

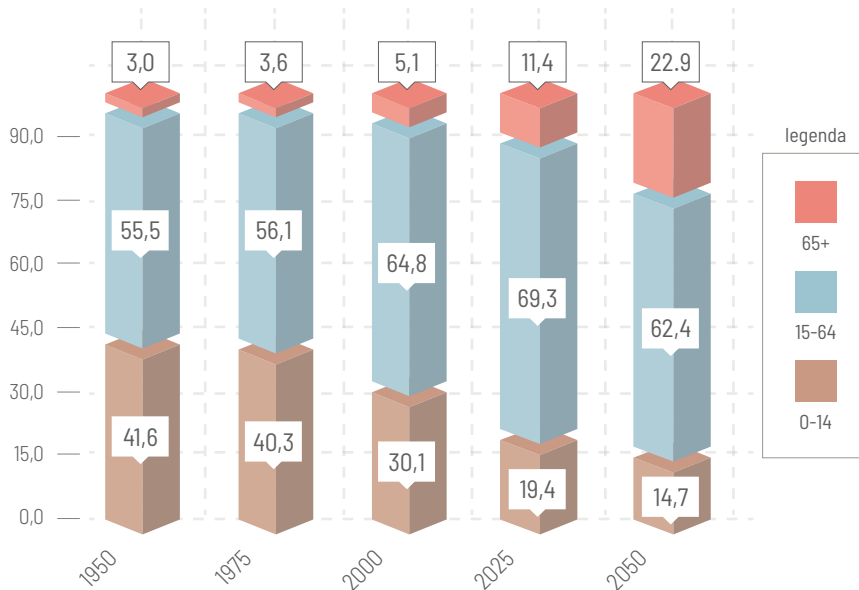
Dentro do processo da TEE brasileira, a presença de crianças com menos de quinze anos reduziu-se de 42% para 30% entre 1975 e 2000, com declínio mais acentuado, até 2025, sendo esperado que nos anos 2050 os menores de 15 anos representem uma minoria (menos de 15%). A população em idade de trabalhar (15-64 anos), em razão da menor representatividade das crianças, está em contínuo aumento, sendo que o auge desse aumento dar-se-á nos anos 2020/2030. Notar, no entanto, que esse aumento é cada vez menos relevante. No presente século, a população em idade de trabalhar aumentou apenas 5 pontos percentuais. Todavia, depois de 2025, essa população começa a perder representatividade. Dessa vez, essa perda relativa está associada ao aumento impressionante da população de 65 anos e mais que, na verdade, está dobrando sua representatividade desde o início do século. A escassa presença do idoso no século passado representará mais de um quinto da população em 2050. Se, como no caso da saúde e da aposentadoria se considera a população de 60 anos e mais, o peso desta população equivale a quase 15% em 2025 e mais de 25% em 2050.

A inter-relação do quantitativo entre os três grandes grupos etários e como as reações estão mudando podem ser melhor avaliadas se considerando a Razão de Dependência Total (RDT) e seus componentes (jovens, RDJ, idosos, RDI) na Figura 5. Wong e Carvalho (2006) já descreveram esta inter-relação:

Até meados dos anos 70, a participação da população em idade ativa (entre 15 e 64 anos) permaneceu basicamente constante e com valores extremamente altos. O contingente dependente (com menos de 15 e acima de 65 anos) era quase a metade da população total, sendo que mais de 90% eram crianças com menos de 15 anos. A RDT tem diminuído desde então e continuará declinando até 2025, segundo as projeções de população. Esta tendência de queda é uma mistura de duas tendências opostas: aumento no tamanho absoluto da população mais velha e diminuição, seguida de estabilização, do segmento com menos de 15 anos. (Wong; Carvalho, 2006).

Note-se que os menores valores da RDT se localizam em torno de 2020-2025, isto é, praticamente no momento de edição deste trabalho. Nos termos de Carvalho e Wong (1998), isso configura o ponto central da janela demográfica de oportunidades que vem se desenhando no Brasil desde o registro da perda de representatividade da população jovem, o que, sempre de acordo com a Figura 4, teria se manifestado mais claramente nos anos setenta quando o peso da população de mais de 65 anos ainda era irrelevante. Essa situação estrutural é favorável, de acordo com Wong e Carvalho (2006), por duas razões. Primeiro, a curto e médio prazos, o tamanho menor das gerações de crianças comprime a RDT,

Figura 4. Brasil, 1950-2050 - Distribuição da população, por grandes grupos etários (0-14), (15-64), (65 e mais)



Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

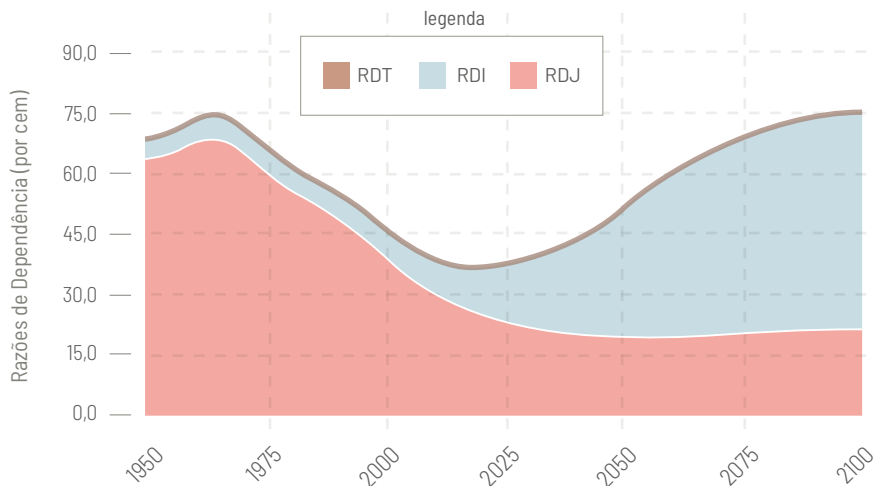
possibilitando um melhor uso dos recursos disponíveis. Ao mesmo tempo, o peso crescente das pessoas em idade ativa produz baixas razões de dependência, o que, conseqüentemente, reduz proporcionalmente a pressão das demandas sociais de crianças e idosos.

Se observarmos bem, nos anos 2020 a RDT está com níveis bastante baixos, a grande diferença é que, devido à maior e mais prolongada sobrevivência da população, concomitante com a diminuição da população jovem, o peso da RDI é maior. De acordo com as estatísticas da Divisão de População da ONU, já ao longo de quinquênio 2020-2025, a RDT reverterá a tendência até então declinante devido ao aumento cada vez mais acelerado da RDI. Todavia, nos anos 2040, na RDT de 51% o peso da RDJ já terá mais representatividade que a dos jovens.

O desafio apresentado pelas tendências das razões na Figura 5 é a volta a valores tão altos como os registrados no século passado. As RDT próximas a 80% imperantes nos anos 50 implicavam em pesadas demandas sociais geradas pela massiva representatividade das crianças, as quais deviam ter asseguradas, pelo menos, a saúde materno-infantil e a educação inicial básica. As RDT previstas,

tão ou mais altas que aquelas do passado, voltarão muito provavelmente já nas décadas 2060. Todavia, com tendência a continuar aumentando. O desafio adicional é a composição dessa RDT. Se o futuro previsto nesses dados é alcançado, o RDJ não aumentará, mas a DRI inexoravelmente o fará.

**Figura 5.** Brasil – 1950-2050: a Razão de Dependência Total (RDT) e seus componentes (jovens, RDJ, idosos, RDI)\*



\* Razão de Dependência (RDT) = RDJ + RDI; RDJ = Pop. menor de 15 anos/população de 15-64; RDI = Pop. de 65 anos ou mais/população de 15-64 (Sempre por cem).

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

As alternativas sociais que o bônus demográfico impõe são discutidas em outros capítulos desta publicação. De qualquer maneira, vale a pena fazer um rápido inventário das possibilidades que ele oferece para o desenvolvimento de uma população.

O dividendo demográfico permite acelerar o crescimento econômico se os resultados das mudanças na estrutura etária são pertinentemente administrados. Um país pode mudar sua estrutura etária por meio de melhoras substanciais na sobrevivência infantil e redução das taxas de fecundidade, tal como tem acontecido no Brasil dentro do seu processo de Transição Demográfica.

Com poucos nascimentos a cada ano, a população jovem dependente de um país cresce menos quando comparada com a população em idade ativa. De fato, as novas coortes que entram na composição da população brasileira apresentam um volume cada vez menor. E, novamente, isso não é uma característica apenas bra-

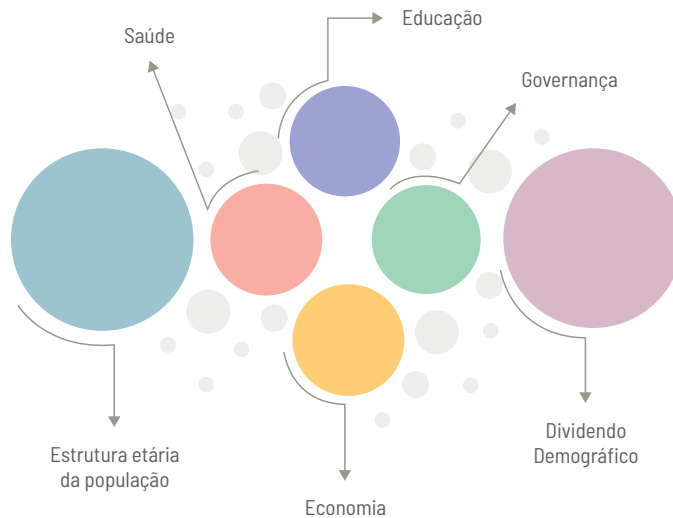


sileira; a grande maioria dos países em desenvolvimento a está experimentando.

Com menos população para sustentar e investimentos inteligentes em políticas sociais e econômicas, o país tem uma janela de oportunidades para que o crescimento econômico aconteça. Como forma de identificar a janela demográfica de oportunidades para obter um dividendo demográfico, o Population and Development Review (PRB) a define a partir do momento em que a idade mediana da população está entre aproximadamente 26 e 41 anos (isto é, quando metade da população é velha e a outra metade é jovem). Para colocar isso em contexto: ao final da década de 2010, a idade mediana da população do Japão era 46 anos e da Nigéria 18 anos; ou seja, as condições demográficas desses países são menos favoráveis para impulsionar maiores vantagens socioeconômicas. No Brasil, este valor está acima de 30 anos faz várias décadas, como se viu na Figura 5, e o panorama demográfico do Brasil está de posse dessa janela.

PRB sistematiza as dimensões onde em que o dividendo demográfico pode/deve ser aproveitado, facilitando assim o salto qualitativo para o desenvolvimento: (i) saúde; (ii) educação; (iii) economia; e (iv) estabilidade política (ver Figura 6).

Figura 6. As relações entre as mudanças na estrutura etária e o dividendo demográfico



Fonte: Adaptado de: <http://www.prb.org/Multimedia/Infographics/2014/infographic-demographic-dividend.aspx>

Quando a fecundidade cai, a proporção da população em idade de trabalhar aumenta devido ao tamanho relativo maior das coortes nascidas em períodos de altas taxas de natalidade que se aproveitaram das melhoras nas condições da

saúde e estão tendo uma menor mortalidade. Como esta geração se move através da estrutura etária da população, constitui uma parcela da população maior do que as coortes que precedem ou seguem (Bloom; Canning, 2006). Durante esse período, a força de trabalho cresce temporariamente de maneira mais rápida do que a população que depende dela, liberando recursos para investimentos e gerando crescimento econômico. Isso implicaria que, se estabelecidas as condições adequadas no âmbito institucional que favorecessem o emprego e a melhora do capital humano, a renda *per capita* aumentaria e seria gerado bem-estar. Esse seria o primeiro dividendo demográfico de acordo com Lee e Mason, (2006).

Essa fase da estrutura etária se apresenta como uma janela de oportunidades ou de desafios que pode ser bem aproveitada ou não. Se a maior parte da população encontra-se na força de trabalho, haverá ainda uma grande parcela que estará formada por jovens e adolescentes que precisam ser educados. Outra parte do grupo 15-64 entrará na faixa de idades mais avançadas, indicando, assim, decididamente, um aumento da população idosa no futuro, o que certamente sobrecarregará os sistemas de saúde e pensões nos anos seguintes (Bloom; Canning, 2006). A figura 4, já mencionada antes, mostra o aumento dessa população, e as RDI, na figura 5, ilustram o peso que o aumento da população idosa terá nas razões de dependência total.

O espaço de tempo para aproveitar essa janela de oportunidade que é o dividendo demográfico está acabando para o Brasil. A população que sairá da força de trabalho nos próximos anos para compor a RDI e suas correspondentes demandas já está definida. A jovem população atual é a população idosa de amanhã. Isso explica que as projeções das Nações Unidas para qualquer cenário de fecundidade mostrem o mesmo contingente de população idosa (Tabela 1): independentemente do rumo que a fecundidade tome no futuro, o volume da população idosa brasileira será o mesmo no curto e médio prazo. Exemplificando: espera-se que em 2050, qualquer que seja o número de filhos que os casais decidam ter hoje, o volume de pessoas acima de 60 anos esteja próximo dos 70 milhões. Esse é o número com o qual qualquer política ou programa há de trabalhar.

Por ser o volume da população idosa consequência do passado demográfico de uma nação, seu aumento não significa propriamente um desequilíbrio nas inter-relações geracionais. Esse desequilíbrio e a forma de equacioná-lo novamente têm que levar em conta o que acontecerá com as outras gerações, pois são elas as responsáveis pela geração de recursos destinados a essa população idosa. A Tabela 2 constitui, nesse sentido, importante elemento de reflexão. Ela apresenta as taxas de crescimento médio anual dos diversos grupos etários para o período 2010 até 2040.

**Tabela 1.** Taxa de Fecundidade Total (TFT), População Total e de 60 anos ou mais (60+)(milhão) – segundo três cenários prospectivos – Brasil (2015 a 2100)

Cenários	Baixa			Média			Alta		
	TFT	População		TFT	População		TFT	População	
		Total	60+		Total	60+		Total	60+
2015	1,78	206,0	24,4	1,78	206,0	24,4	1,78	206,0	24,4
2035	1,11	216,0	48,6	1,61	229,2	48,6	2,11	242,5	48,6
2050	1,13	206,8	68,9	1,63	232,7	68,9	2,13	260,6	68,9
2100	1,27	113,6	59,9	1,77	190,4	75,1	2,27	301,4	90,5

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

**Tabela 2.** Brasil, 2010-2014 – Taxa média anual de crescimento (%) dos grupos etários selecionados

Período	Total	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 - 74
2010-2015	1,03	-1,08	-0,12	1,91	4,43
2015-2020	0,88	-0,99	-0,19	1,41	4,74
2020-2025	0,59	-0,88	-0,87	0,92	3,89
2025-2030	0,33	-0,71	-1,53	0,57	2,97
2030-2035	0,19	-1,16	-0,77	0,27	1,81
2035-2040	0,04	-1,18	-0,45	-0,08	1,44

Fonte: United Nations, Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2017). World Population Prospects: The 2017 Revision, DVD Edition

Esperam-se taxas negativas de crescimento das futuras coortes, pelo menos até o quinquênio 2035-2040, o que significa que a população de 0-14 anos terá seu tamanho diminuído. Como esses jovens passam logo aos seguintes grupos etários, o efeito inercial já mencionado antes faz com que as faixas etárias seguintes apresentem o mesmo perfil de diminuição. Isto é, as próximas gerações de jovens entre 15-24 anos também terão taxas negativas de crescimento. É o grupo populacional que entra no mercado de trabalho e já apresenta também um crescimento negativo com tendência prospectiva que deve se acentuar pelo menos até 2030 (ver as taxas negativas para o grupo etário 15 a 24 anos), mas

que mesmo depois desse período continuará diminuindo. O que os dados sugerem, em termos de relações intergeracionais, é que a população jovem está se tornando um componente cada vez mais escasso e, portanto, um bem cada vez mais precioso. Considerando que esses jovens são o futuro do país, a janela demográfica desenhada por toda essa transformação populacional indica a necessidade e oportunidade de melhor preparar tais jovens para sustentar com êxito as pesadas razões de dependência esperadas no curto prazo. Outros países o fizeram com relativo sucesso, como é o caso da Coreia e alguns outros tigres asiáticos. A pergunta pertinente, aqui, é: o Brasil soube aproveitar - ou está se aproveitando - dessa janela? Qual foi o papel da dinâmica demográfica no aumento da cobertura escolar do ensino básico e médio? Certamente, somado aos esforços das políticas sociais, ela contribuiu para facilitar esse aumento. A outra pergunta pertinente a responder é se a cobertura ampla acompanhou o aumento da qualidade de ensino. Sabe-se que esta segue ainda em patamares infaustos.

Esse efeito, já considerado por Wong e Carvalho (2006), deverá estar presente no que se pode denominar força de trabalho sênior (25 a 64 anos) somente no período 2035-2040. Ou seja, nos termos da janela demográfica de oportunidades, o contingente relativamente mais amadurecido, apresenta, atualmente, um crescimento expressivo, o que se deve à inércia demográfica de décadas anteriores. Se as condições socioeconômicas são favoráveis e se essa mão de obra sênior teve a qualificação necessária, certamente o alto crescimento demográfico que apresentam poderá ser altamente vantajoso, de outra forma, o bônus demográfico que implica numerosa mão de obra converter-se-á em ônus. O crescimento negativo dessas gerações (-0,08) surgirá em 2035-2040, quando farão parte desse contingente as crianças nascidas em regimes de crescimento populacional negativo. Com relação à população denominada idosa, as altas taxas de crescimento apresentadas são, nada mais, efeito do passado populacional brasileiro, já observado na tabela 1. Em termos de volume, e devido às melhorias ocorridas nas condições de vida e de saúde, a população acima de 60 anos está em torno dos 25 milhões ao se fechar a segunda década do presente século. A magnitude do processo de envelhecimento é evidente se considerado que, no período 2015-2020, a população de 65 a 74 anos cresce a uma taxa média anual próxima de 5,0%; mais de cinco vezes a taxa média do total da população.

Como se vê, a TEE que conduz ao envelhecimento, como já afirmado por Wong e Camargos (2016) sobre a dinâmica demográfica do Rio Grande do Sul, é um trinômio no qual, em primeiro lugar, as novas gerações surgem com dimensões cada vez menores, ocasionando uma diminuição na demanda quantitativa de serviços sociais próprios a esses grupos. Em segundo lugar, o segmento mais

produtivo, com idades entre 15 a 64 anos, apresentará um redimensionamento que paulatinamente tornar-se-á negativo se juntando, nesse sentido, à população mais jovem, o que ocorrerá muito provavelmente a partir do quinquênio 2035-2040, quando somente a população de 65 anos e mais apresentará um crescimento positivo. Esse último grupo compõe o terceiro elemento da equação, na qual o crescimento, além de alto, apresenta importantes diferenciações que se relacionam tanto com o próprio efeito inercial da população como com as melhorias nas condições de vida que beneficiaram e beneficiam o idoso em diferentes épocas.

#### 4. CONSIDERAÇÕES PARA DISCUSSÃO

O envelhecimento da população generalizado dentro do país, e entre países em desenvolvimento, é a questão central a ser considerada no perfil da população; no perfil do denominador das políticas sociais.

O trinômio mencionado nas linhas anteriores, definido pelo crescimento populacional diferenciado dos três grandes grupos etários, é, naturalmente, resultado do processo que as diversas regiões e unidades federativas do país estão experimentando com maior ou menor aceleração e que se registra também num número importante de países em desenvolvimento. A atual problemática populacional, dentro da qual a população idosa é uma questão central é um fato concreto naqueles estados onde a TEE, motivada pela queda da fecundidade, iniciou-se primeiro. Casos como o do estado do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro são emblemáticos, pois representam uma situação de vanguarda demográfica no sentido de estarem entre os estados pioneiros do declínio da fecundidade; no quinquênio 2015-2020, serão talvez os primeiros a enfrentar riscos de significativa inadimplência fiscal. Em grande parte isso se deve ao aumento da população idosa e das demandas sociais e legais que esse segmento tem e que o Estado não pode mais honrar; em parte, também, à inadequação das atuais políticas que buscam atender essas demandas.

Este trinômio está presente num bom número de países, seja em desenvolvimento e que tiveram expressiva queda de fecundidade a partir dos anos 1950 (Coreia do Sul, Tailândia, China, Cuba), seja em países desenvolvidos (Espanha, Alemanha, Itália, Federação Russa) com muito mais longa tradição de fecundidade baixa. A tabela do Anexo 1 documenta esta afirmação mostrando exemplos desses dois tipos de países. Na quase generalidade dos casos a evolução é similar a do Brasil. A juventude é atualmente uma *commodity*; no curto/médio prazo, a população em idade de trabalhar que hoje cresce, e em muitos casos diminui

em ritmo relativamente baixo, tenderá a diminuir muito mais acentuadamente no futuro. As estatísticas internacionais evidenciam que, mesmo nos países em desenvolvimento, o único segmento populacional com crescimento positivo é a população idosa.

Em países desenvolvidos onde o envelhecimento populacional se encontra em uma fase avançada, pensa-se em políticas que ajudem a lidar com tal condição. Clements *et al.* (2016) descrevem algumas estratégias que podem ser estabelecidas em outros contextos como o brasileiro. A principal delas, já mencionada anteriormente, é o forte investimento em saúde infantil e no desempenho escolar focando na qualidade educacional. Os autores mencionam também o treinamento, reforço ou atualização da atual força de trabalho que, por deficiência das políticas sociais, não aproveitou a conjuntura demográfica a fim de tornar o ambiente de trabalho mais favorável para os trabalhadores mais velhos e expandir as oportunidades para os trabalhadores de todas as idades, aumentando e melhorando suas habilidades.

Outras formas que mitiguem os efeitos de uma população idosa, de acordo a Clements *et al.*, (2016), têm a ver com o desenvolvimento de tecnologias que auxiliam as pessoas em suas atividades físicas e cognitivas vitais, e o redesenho das cidades para estimular um envelhecimento mais ativo e saudável. De acordo com eles, o ajuste das taxas de cobertura e contribuição e de benefícios dos sistemas públicos de saúde e previdência também seriam uma resposta natural às pressões fiscais associadas ao envelhecimento da população.

O debate sobre o envelhecimento e o atual sistema previdenciário brasileiro na busca de uma resposta efetiva à contração do mercado de trabalho associada ao envelhecimento da população deve ser feito à luz das evidências demográficas. A idade de aposentadoria permaneceu notavelmente estável por décadas na maior parte do mundo, mesmo diante de aumentos drásticos na longevidade. As quedas esperadas na razão entre a população em idade ativa e a população não ativa são muito menos fortes se o limite superior da idade ativa subir para 70 anos no próximo quarto de século (Clements *et al.*, 2016).

Naturalmente, adicionar adultos mais velhos à força de trabalho só é útil se eles forem saudáveis o suficiente para serem produtivos, não apenas economicamente, mas social e existencialmente. Um foco maior na prevenção de doenças pode ser importante para lidar com o envelhecimento da população. Envolve um compromisso com dietas mais saudáveis, mais atividade física, redução do uso de tabaco e consumo prejudicial de álcool e uma maior taxa de vacinação de adultos contra doenças como gripe, pneumonia pneumocócica e herpes (Clements *et al.*, 2016). Inclui, também eliminação da discriminação contra o idoso e superação

de preconceito sobre velhice.

O grande desafio de se desenvolver como uma nação justa num momento de impressionantes mudanças demográficas que se traduzem em mudanças da composição da população e que geram desequilíbrios intergeracionais não é unicamente do Brasil. Este desafio, agudizado pela queda da fecundidade e pela maior longevidade, é enfrentado com pouco sucesso pelos países desenvolvidos e deverá ser enfrentado, não há dúvida, pela generalidade dos países em desenvolvimento.

O Brasil está com a janela demográfica de oportunidades aberta há várias décadas; ela não foi totalmente aproveitada como países em situação semelhante o fizeram. A situação demograficamente vantajosa de ter forte contingente de força de trabalho tem sido desperdiçada em grande medida e ela é a população idosa de amanhã. Eis o desafio demográfico brasileiro da década dos 2020.

## REFERÊNCIAS

- BLOOM, D. E.; CANNING, D.; SEVILLA, J. *The Demographic Dividend: A New Perspective on the Economic Consequences of Population Change*. Santa Monica, CA: RAND, 2003.
- BLOOM, D. E.; CANNING, D. Booms, Busts, and echoes. *Finance and Development*, v. 43, n. 3, p. 8-15, 2006.
- BLOOM, D. Demographic upheaval. *The Big Squeeze Finance and Development*, v. 53, n. 1, p. 6-11, 2016. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/03/pdf/fd0316.pdf>.
- CARVALHO, J. A. M. de; WONG, L. R. Demographic and socioeconomic implications of rapid fertility decline in Brazil: a window of opportunity. In: MARTINE, G.; DAS GUPTA, M.; CHEN, L. (Eds.). *Reproductive change in India and Brazil*. Oxford: Oxford University Press, 1998. p. 208-240.
- CARVALHO, J. A. M.; WONG, L. L. R. O Novo Padrão Demográfico Brasileiro: Oportunidades e Desafios. In: CAPES. (Org.). *Plano Nacional de Pós Graduação - PNPG - 2011-2020 - Documentos Setoriais*, v. II, Brasília: CAPES, 2010. p. 153-174.
- CARVALHO, J. A. M. O tamanho da população brasileira e sua distribuição etária: uma visão prospectiva. Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 6, 1988, Olinda, *Anais...* Belo Horizonte, ABEP, v. 1 p. 37-66, 1988a.
- CARVALHO, J. A. M. As profundas modificações na estrutura demográfica brasileira e algumas consequências para o planejamento social e econômico. Encontro Nacional de Economia, 16, Belo Horizonte. *Anais...* São Paulo: ANPEC, v. 1, p. 145-162, 1988b.
- CINCOTTA, R. P.; LEAHY, E. *Population Age Structure and Its Relation to Civil Conflict: A Graphic Metric*. Disponível em [www.wilsoncenter.org/publication/population-age-structure-and-its-relation-to-civil-conflict-graphic-metric](http://www.wilsoncenter.org/publication/population-age-structure-and-its-relation-to-civil-conflict-graphic-metric).
- CINCOTTA, R. P.; LEAHY, E. "The Four Dividends: The Age-Structural Timing of Transitions in Child Survival, Education Attainment, and Political Stability," 2017, Paper presented at the International Union for the Scientific Study of Population International Population Conference, Cape Town, South Africa.
- CLEMENTS, B.; DYBCZAK, K.; SOTO, M. Older and Smaller. *Finance and Development*, v. 53, n. 1, p. 12-15, 2016. Disponível em <https://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2016/03/pdf/fd0316.pdf>.
- DANZEN, Y. et al. Levels and Trends in Child Mortality, 2015. Disponível em [www.unicef.org/media/files/IGME\\_Report\\_Final2.pdf](http://www.unicef.org/media/files/IGME_Report_Final2.pdf), on July 1, 2017.
- DARROCH, J. E. et al. *Adding It Up: The Costs and Benefits of Investing in Sexual and Reproductive Health 2017*. New York: Guttmacher Institute, 2017.



HENRIK, U. *A Clash of Generations? Youth Bulges and Political Violence*. 2011. Disponível em [www.un.org/esa/population/meetings/egm-adolescents/p10\\_urdal.pdf](http://www.un.org/esa/population/meetings/egm-adolescents/p10_urdal.pdf), on July 13, 2017.

GRIBBLE, J.; BREMNER, J. *The Challenge of Attaining the Demographic Dividend*. 2012. Disponível em [www.prb.org/pdf12/demographic-dividend.pdf](http://www.prb.org/pdf12/demographic-dividend.pdf), on June 15, 2017.

LEE, R.; MASON, A. What is the demographic dividend? *Finance and Development*, v. 43, n. 3, 2006. Disponível em <http://www.imf.org/external/pubs/ft/fandd/2006/09/basics.htm>.

JOSHI, S. *Reproductive Health and Economic Development: What Connections Should We Focus On?* Washington, DC: Population Reference Bureau, 2012. Disponível em [www.prb.org/pdf12/popov-economicdevelopment-reproductivehealth-women.pdf](http://www.prb.org/pdf12/popov-economicdevelopment-reproductivehealth-women.pdf), on June 19, 2017.

UNESCO. *Unpacking Sustainable Development Goal 4 Education 2030*. 2016, Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/images/0024/002463/246300E.pdf>, on June 23, 2017.

UNFPA/BRASIL. População e Desenvolvimento - Sistematização das medidas e indicadores sociodemográficos oriundos da Projeção da população por sexo e idade, por método demográfico, das Grandes Regiões e Unidades da Federação para o período 1991/2030. *Indicadores Sociodemográficos Prospectivos para o Brasil 1991-2030* - Diretoria de Pesquisas - DPE; Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. 2006.

UNITED NATIONS GENERAL ASSEMBLY. *Transforming Our World: The 2030 Agenda for Sustainable Development*. 2017. Disponível em [www.un.org/ga/search/view\\_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E](http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/70/1&Lang=E).

UNITED NATIONS POPULATION DIVISION. *World Population Prospects: The 2017 Revision*. New York: United Nations, 2017.

WONG L. R.; CAMARGOS C. S. O envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas de saúde. *Futuro RS: agenda de desenvolvimento: o envelhecimento da população gaúcha e as consequências e desafios para as políticas públicas de saúde e educação: cadernos para o futuro 2*. Departamento de Planejamento Governamental - RS. - n. 1. Porto Alegre, 2016.

WONG, R. L.; CARVALHO, J. A. O rápido processo de envelhecimento populacional do Brasil: sérios desafios para as políticas públicas. *Rev. Bras. Est. Pop.* [periódico na internet]. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbepop/v23n1/v23n1a02.pdf>.

WORLD BANK. New Country Classifications by Income Level. *The DATA Blog*. Disponível em <https://blogs.worldbank.org/opendata/new-country-classifications-2016>.

**Anexo 1.** Países selecionados, 2015-2030 – Taxa média anual de crescimento (%) grupos etários selecionados

Anos	0-14 anos	15-24 anos	0--64 anos	65 + anos
<b>C U B A</b>				
2015	-1,5	-0,4	-0,6	2,9
2020	-1,2	-0,5	-0,6	2,1
2025	-1,1	-1,3	-1,3	4,5
2030	-1,0	-1,5	-1,4	3,3
<b>T H A I L A N D</b>				
2015-19	-1,4	-0,1	-0,4	4,4
2020-25	-1,6	-0,5	-0,7	4,3
2025-30	-1,6	-0,8	-0,9	3,7
2030-35	-1,2	-1,1	-1,1	2,8
<b>C H I N A</b>				
2015-19	0,3	-0,3	-0,2	5,1
2020-25	-0,9	-0,2	-0,3	3,3
2025-30	-1,8	-0,4	-0,7	3,9
2030-35	-1,7	-1,0	-1,1	4,0
<b>S P A I N</b>				
2015	-0,8	-0,2	-0,3	1,2
2020	-1,9	-0,4	-0,7	2,4
2025	-1,3	-0,8	-0,9	2,4
2030	-0,7	-0,9	-0,9	2,0
<b>G E R M A N Y</b>				
2015	-0,1	-0,5	-0,5	1,2
2020	0,3	-0,9	-0,7	1,1
2025	-0,0	-1,2	-1,0	2,2
2030	-0,6	-1,1	-1,0	1,9
<b>I T A L Y</b>				
2015-19	-0,7	-0,4	-0,4	1,0
2020-25	-1,0	-0,5	-0,6	1,1
2025-30	-0,4	-1,0	-0,9	1,9
2030-35	-0,1	-1,1	-1,0	1,4
<b>R U S S I A N F E D .</b>				
2015	1,5	-1,0	-0,5	2,7
2020	0,0	-0,9	-0,7	2,0
2025	-1,6	-0,5	-0,8	2,0
2030	-1,7	-0,1	-0,4	-0,7

